

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA MINUTA DO PROJETO DE LEI DA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA BAIROS DO TAMANDUATÉI, REALIZADA EM 08 DE SETEMBRO DE 2015.

Aos oito dias do mês de setembro de 2015, no período compreendido entre 18h00 e 21h30 foi realizada a Audiência Pública sobre a Minuta do Projeto de Lei da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí, no auditório do CEU Meninos situado à Rua Barbinos, 111, São Paulo-SP. A abertura foi coordenada pela São Paulo Urbanismo e foi constituída de breve saudação e agradecimento à população presente e à Subprefeitura do Ipiranga presente em nome da Coordenadora de Planejamento e Desenvolvimento Urbano – Maria Auxiliadora Salvador. É esclarecido o procedimento da audiência que se dará com apresentação da proposta com posterior manifestação dos interessados. Na sequência foi realizada a exposição, pelo Diretor de Desenvolvimento da São Paulo Urbanismo - Gustavo Partezani Rodrigues, dos objetivos e estratégias propostas na Minuta do Projeto de Lei que se encontra disponibilizada no sítio www.gestaourbana.sp.gov.br desde 26.09.2015. Sr. Gustavo saúda os presentes, se apresenta e inicia com esclarecimento das atribuições da São Paulo Urbanismo, empresa pública vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Explica o procedimento a ser realizado na audiência, retoma o processo participativo com as demais audiências que se realizarão: dia 14/09/2015 no Clube Atlético Juventus e dia 21/09/2015 no Círculo dos Trabalhadores Cristãos da Vila Prudente. As sugestões também poderão ser encaminhadas pela minuta participativa disponibilizada no sítio www.gestaourbana.sp.gov.br e podem esclarecer dúvidas nos mapas disponibilizados na mesa lateral junto aos técnicos da São Paulo Urbanismo. Inicia com a apresentação do instrumento Operação Urbana Consorciada, demonstrando as transformações previstas para o território, juntamente com seus objetivos e estratégias de: socialização dos ganhos da produção na região; assegurar o direito a moradia digna para quem precisa; melhorar a mobilidade urbana; qualificar a vida urbana dos bairros; orientar o crescimento da cidade nas proximidades do transporte público; reorganizar as dinâmicas metropolitanas promovendo o desenvolvimento econômico da cidade; incorporar a agenda ambiental ao desenvolvimento da cidade; fortalecer a participação popular nas decisões dos rumos da cidade e preservar o patrimônio e valorizar as iniciativas culturais. Os objetivos e estratégias são detalhados e, ao final, o Diretor de Desenvolvimento da São Paulo Urbanismo encerra a sua fala agradecendo a todos os presentes e em seguida abre para a palavra ao debate. Antes ainda, o Sr. Gustavo Partezani Rodrigues manifesta a presença do Vereador Paulo Frange, relator do projeto de Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo que tramita na Câmara Municipal de São Paulo e o convida a compor a mesa. A coordenação esclarece que será aberta a palavra aos inscritos, com posteriores esclarecimentos em bloco. Seguiram-se 04 falas. 1) Sr. Maxwell (Líder do Movimento Sem Terra do Ipiranga – MSTI) agradece e enfatiza a qualidade do projeto apresentado. Ressalta o período de esquecimento da comunidade pelo Poder Público, mesmo estando muito próximo da área central e fala do atual empoderamento da comunidade. Discorre sobre as conquistas a respeito da Gleba Petrobrás e sobre a Lei de incentivo para construção de Habitação de Interesse Social na gleba Petrobrás. Preocupa-se quanto a inclusão da área no Perímetro da Operação Urbana Consorciada, indagando sobre sua qualificação, o que será construído no local, quantas unidades habitacionais serão produzidas, como será o processo de entrega das unidades e qual será a fila de atendimento. Relembra a luta do movimento MSTI até a presente data e as conquistas alcançadas. Pergunta também sobre a sintonia da Secretaria Municipal de

Habitação com o projeto desenvolvido pela São Paulo Urbanismo. Numa visão geral da proposta apresentada, pergunta qual a destinação dos outros 56% dos recursos arrecadados na Operação Urbana Consorciada e quais serão os benefícios que o setor imobiliário receberá, pois só identificou a outorga onerosa e os demais não estão claros. Sobre as áreas de ZEIS, pergunta o que está proposto, quantas unidades por área e quanto será destinado ao Ipiranga. Para as demais áreas, pergunta quantas poderão ser adquiridas para a produção de habitação de interesse social pela Operação Urbana Consorciada. Encerra sua fala informando que ele e o movimento participarão das demais audiências. 2) Sr. Altamiro (Movimento de Moradia Vila Cristália – Sacomã) Cumprimenta os presentes e aponta a preocupação com os prazos para a realização dos projetos. Salaria a importância da Operação Urbana, mas não compreende as ações de médio e longo prazo. Fala do alagamento do Córrego dos Meninos e gostaria de saber se esta questão está contemplada no projeto apresentado. Cita áreas do entorno, terrenos próximos a São Caetano do Sul e Via Anchieta que poderiam ser pleiteados para implantação de moradias populares e equipamentos de esporte e cultura. 3) Sr. José Marcelo Silva (Movimento dos Sem Terra do Ipiranga – MSTI) Fala da luta de dez anos do movimento na conquista das moradias para a gleba Petrobrás e do acampamento instalado no local para garantir a conquista e impedir desordem no local. Fala que o executivo se comprometeu em iniciar as obras em março de 2015, mas que isso não ocorreu. Pergunta se a nova lei proposta pode atrasar mais ainda a implantação, se ainda demoraram mais dez, quinze ou vinte anos para se concretizar e também por que não as obras já não se iniciaram. 4) Sr. Francisco Neto (Movimento dos Sem Terra do Ipiranga – MSTI). Fala sobre a demora do executivo em iniciar as obras da gleba Petrobrás. Pergunta sobre a origem dos recursos do projeto apresentado. Finalizada as manifestações, a palavra é passada ao Sr. Gustavo Partezani Rodrigues – Diretor de Desenvolvimento da São Paulo Urbanismo que faz os esclarecimentos. Iniciando pela Gleba Petrobrás, cita as várias Secretarias municipais que a Prefeitura de São Paulo possui com agendas setoriais específicas. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU planeja e desenvolve os projetos urbanos, enquanto a Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB, trata dos cadastros, inscrições, regularizações fundiárias e também da produção de Habitação de Interesse Social. Os recursos para essas finalidades são obtidos através do Fundo Municipal de Habitação e de Programas Federais como o Minha Casa Minha Vida. A Lei nº 15.842, citada pelo Sr. Maxwell continua garantida na proposta, e contribui acrescentando recursos à requalificação da área com equipamentos, áreas verdes e sistema viário. A entrega de unidades e seus respectivos beneficiários serão tratados por SEHAB. Quanto aos recursos, 44% estão reservados à habitação de interesse social (25%), equipamentos públicos (15%) e patrimônio histórico (4%). Os demais 56% são distribuídos em obras de drenagem e meio ambiente (aproximadamente 20%) e também mobilidade, com aproximadamente 30% dos recursos. Esclarece ainda que há incentivos para a produção habitacional de interesse social para entidades privadas (como o Minha Casa Minha Via Entidades) que se envolvem nesta produção. Quanto à origem dos recursos, estes são obtidos da venda dos Certificados de Potencial Construtivo Adicional – CEPAC, sendo dispensado o pagamento para Habitação de Interesse Social - HIS. Os recursos vão para a empresa que vai gerir os processos e implementar os programas previstos na lei. Já sobre o tempo do projeto, este depende da cidade, depende da Gestão: o Grupo de Gestão e da Empresa Pública administrarão a implantação do projeto. O Sr. Maxwell fala que há uma pergunta em aberto. As áreas de ZEIS já tem proposta prevista para HIS? O Sr. Gustavo Partezani esclarece que o projeto acolhe as

ZEIS demarcadas e proporciona recursos para esta produção e demonstra exemplos como a área de Heliópolis e área, anteriormente da SABESP, na Vila Prudente. Agradece e convida a população para as próximas audiências e dá a palavra ao vereador Paulo Frange. O vereador Paulo Frange, faz uso da palavra cumprimentando a todos e parabeniza a apresentação. Discursa sobre a evolução que este plano passou nos últimos dez anos, destacando os dois últimos anos. O projeto evoluiu muito e sente orgulho das propostas apresentadas. O projeto pensa em tudo: mobilidade, verde, drenagem e principalmente nas pessoas. Ressalta a importância em distribuir a população entre os espaços da cidade, garantindo a boa ambiência e qualidade de vida. Lembra quanto aos trabalhos que a Câmara Municipal desenvolve para a aprovação do Projeto de Lei do Zoneamento e da importância das áreas de ZEIS reconhecidas no PDE. Cita as áreas de ZEIS 1 que já se apresentam regularizadas do ponto de vista fundiário e das recentes entregas de 2.500 títulos de propriedades realizadas pelo governo. Aponta a garantia de remediação das áreas contaminadas que a Operação Urbana contempla ação muitas vezes, realizada pelos investidores imobiliários. Fala também da inclusão do perímetro expandido, sendo que este poderá se beneficiar dos recursos arrecadados. Reforça a evolução do projeto, a qualidade da proposta apresentada pelo executivo e agradece a participação de todos. O Diretor da São Paulo Urbanismo, Sr. Gustavo Partezani Rodrigues faz os agradecimentos finais, convida a população a acompanhar as próximas audiências e encerra a audiência. Eu, Patrícia Saran, Assessora de Diálogo Social da São Paulo Urbanismo, firmo a presente ata.